

# Construção demite 50 por dia no Grande ABC

Em março, houve 1.485 demissões; crise abala confiança do consumidor e governo suspende repasses a obras públicas

**SORAIA ABREU PEDROZO**  
soraiaapedrozo@dgabc.com.br

A crise econômica tem atingido em cheio o setor da construção civil. Apenas em março, o ritmo de demissões chegou a 50 cortes por dia no Grande ABC. O mês encerrou com saldo negativo de 1.485 postos de trabalho. No trimestre, o volume sobe para 2.890 dispensas e, nos 12 meses encerrados em março, para 3.519. Os dados integram pesquisa do SindusCon-SP (Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo).

Ainda segundo informações da entidade, o estoque de trabalhadores da construção nas sete cidades totaliza 42.796 profissionais, o menor volume de empregados desde, pelo menos, dezembro de 2014, quando somava 47.317 pessoas.

“A construção é um setor muito sensível à turbulência na economia e as demissões tendem a continuar até o meio do ano, quando, dependendo dos rumos tomados, é possível que a situação se estabilize. Porém, só mesmo no fim de 2016 e início de 2017 é que as contratações devem voltar a acontecer, dependendo se o governo (Michel) Temer acertar na mosca, se Dilma (Rousseff) não voltar e as medidas propostas por (Henrique) Meirelles forem bem recebidas pelo mercado”, contextualiza o economista Ricardo Balistiero, coordenador do curso de Administração do Instituto Mauá de Tecnologia.

Isso porque, em cenário de extrema falta de confiança por parte da população consumidora e empreendedora e de receio da perda de emprego e de

retração nos negócios, as vendas de imóveis diminuem, assim como os lançamentos – e se reduz a necessidade de profissionais do ramo. Dados da Acigabc (Associação das Construtoras, Imobiliárias e Administradoras do Grande ABC) mostram que, no ano passado, o volume de unidades novas comercializadas recuou 26,6%, e o de lançadas, 20%.

“O único fator positivo é que os preços dos imóveis, que se encontram em patamar elevado, estão subindo menos do que a inflação, e logo tendem a baixar.” De fato, conforme dados do Índice FipeZap, realizado em parceria entre a Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) e o portal ZAP, os valores de imóveis anunciados na região perderam da inflação. Em Santo André, houve alta de 0,12% em abril, enquanto o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) subiu 0,53%. Em São Caetano, a alta foi de 0,07% e, em São Bernardo, houve queda nominal de 0,03%.

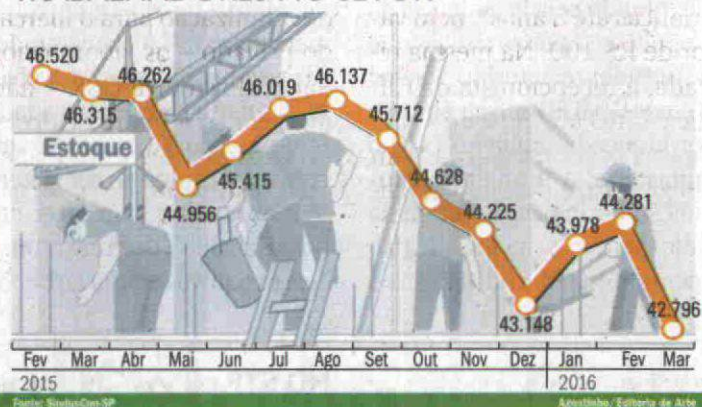
Ainda dentro desta conjuntura é possível destacar o ritmo lento ou a paralisação de obras públicas, o que ocorre devido à suspensão de repasses governamentais. “Na região temos um festival de obras paradas, especialmente em São Bernardo”, diz Balistiero. É possível destacar duas emblemáticas, como o Piscinão do Paço Municipal e o viaduto na Avenida José Odorizzi que irá transpor a Robert Kennedy. A cidade liderou as dispensas no trimestre (-1.847) e em 12 meses (-1.912).

Em março, o município que mais demitiu foi São Caetano, ao contabilizar



**ESTOQUE.** Volume de profissionais na região é o menor, pelo menos, desde 2014, com 42.796 na ativa

## TRABALHADORES NO SETOR



1.304 cortes. “As empresas estão demitindo bastante, principalmente em obras residenciais”, aponta José Maria de Albuquerque, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de São Caetano.

Segundo ele, em constru-

ções nos bairros Cerâmica, Centro e Fundação tem havido demissões em detrimento da opção pelos chamados “gatos”. “São serviços terceirizados, em que a construtora tenta reduzir seus gastos e se isentar da responsabilidade dos direitos trabalhistas dos operá-

rios”, explica Albuquerque. “Ela convence o mestre de obras a abrir uma empresinha e a contratar por conta, porém, neste processo, temos de brigar para que os direitos sejam pagos. Além disso, muitos voltam para o Nordeste, diante da falta de oportunidades por aqui.”

O piso do trabalhador da construção, que é o de ajudante de pedreiro, gira em torno de R\$ 1.250 na região e do pedreiro custa em média R\$ 1.400. A data base da categoria é 1º de maio, mas até o momento, nada foi negociado. “Vamos pedir 15% de reajuste, mais a manutenção da cesta básica, com o mesmo aumento, e os uniformes. A situação, no entanto, não está fácil, estamos muito preocupados”, assinala o sindicalista.